

RELATO DE EXPERIÊNCIA: RELAÇÕES ETNICORRACIAIS NO ENSINO DE HISTÓRIA E O PERTENCIMENTO CULTURAL DA POPULAÇÃO NEGRA

JOSÉ WALMILSON DO RÊGO BARROS*¹

1. Breve histórico do projeto e suas bases teóricas no ato de planejar

O presente projeto começou a ser idealizado quando ainda estava cursando a pós-graduação *latu sensu* em História e Cultura Afro-brasileira pela Universidade Católica de Pernambuco. Ficava pensando em como colocaria em prática toda aquela riqueza de informações e como fazer de certa forma a transcrição, mediação didática. Meu trabalho monográfico de conclusão de curso foi sobre a lei 10.639/03 a qual obriga o ensino e a história da África e afro-brasileira na escola. Mesmo no ano de 2011 (ano de conclusão do curso) estávamos falando na efetivação dessa lei, ela ainda não havia “prego” e, ao que parece ainda não pegou (julho de 2016).

Indignado e, ao mesmo tempo, esperançoso que um pouco dessa realidade pudesse ser vislumbrada mudanças no trato das relações etnicorraciais no ensino de história, propus nas minhas férias de 2012 produzir a minuta de um pré-projeto onde discorri algumas ideias de como trabalhar a temática afro-brasileira e africana em sala de aula para o ensino fundamental anos finais. Mesmo sendo efetivo de rede e tendo abertura com as coordenações e direções nas escolas onde trabalhei sempre apresentava o projeto no momento das formações de início de ano sugerindo que o tema fizesse parte de nossa programação e escutava que iriam analisar e o projeto era sempre arquivado. Não sei se rechaçavam a qualidade do projeto ou se o tema ainda apresenta muita resistência por parte daqueles que gerenciam a educação. Nem por isso deixei-me abater e sempre que podia adentrava na temática ao longo do ano letivo. Enfim, consegui colocar em prática no ano letivo de 2016.

Logo no primeiro encontro, surpresa total. Os estudantes disseram: “o senhor não é nosso professor de história, já temos e é Rosa”. Quando expliquei o motivo de eu estar ali, que

¹ Professor de história da rede municipal do Ipojuca, Pernambuco. Atualmente faz parte do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (PROFHISTORIA), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, PE, Brasil. walmilsonbarros@gmail.com

não haveria cobranças de notas e/ou avaliações, que nosso objetivo central era formá-los e não os informar apenas, deixou eles meio confusos, tendo em que vista um projeto de intervenção como este nunca ter ocorrido no histórico escolar daqueles estudantes.

O projeto foi idealizado e aplicado visando preencher a grande demanda educacional quanto a temática relações etnicorraciais no ensino, sobretudo quando é trabalhada a etnia negra. Os aspectos racismo, preconceito, intolerância religiosa estão presentes no cotidiano escolar e nós que lidamos com ensino e a aprendizagem, em especial, de história não devemos silenciar as lacunas de problematização que a temática requer para melhor compreender a sociedade brasileira. Acredito que escola também tenha essa função.

No intento de concretizar os objetivos didáticos propus uma sequência didática para pôr em ação os temas geradores do projeto. As grandes dificuldades foram, além da temática, a carga horária, tendo em vista que os estudantes participantes do projeto serem do ensino regular e não termos um horário fixo para o projeto nem sala de aula ou algum espaço exclusivo na escola. As aulas aconteceram em comum acordo toda semana, havendo negociação entre coordenação, os professores das disciplinas do dia (trabalhamos em dois dias distintos sendo terças e quintas feiras nos turnos matutino e diurno) e eu enquanto professor coordenador do projeto. Houve semanas em que os horários foram respeitados, outras nas quais o projeto nem aconteceu. Essa dificuldade fez com que mudássemos bastante a sequência proposta, assim como a não interação do corpo docente da escola como um todo, sobretudo das turmas em questão (cinco turmas de oitavos anos). Apenas três docentes de língua portuguesa, digamos aderiram ao projeto em seus horários de aula ao trabalharam textos sugeridos por mim integrando os conhecimentos históricos. No mais a resistência docente foi grande e impactou e muito na efetivação por completo do planejamento inicial.

Tivemos como objetivo geral sensibilizar os estudantes da escola Municipal Complexo Educacional, Ipojuca, Pernambuco, sobre as questões relacionadas ao negro brasileiro, sendo elas: o preconceito racial, a intolerância religiosa, as influências africanas no Brasil e a sentimento de pertencimento da identidade cultural negra. Como objetivos específicos apontamos inicialmente: refletir sobre o racismo enquanto prática cultural historicamente construída; avaliar as consequências sociais do racismo no âmbito escolar; refletir sobre o direito de liberdade religiosa no Brasil; identificar em diferentes aspectos do cotidiano as

heranças africanas na cultura brasileira; analisar, discutir e valorizar aspectos da estética negra; promover a autoestima de estudantes negros a partir do âmbito escolar; entre outros.

Os negros não se veem nos livros didáticos de forma afirmativa, não constroem seu sentimento de pertencimento cultural a partir do que é trabalhado na escola. Ela deve ser o local de encontro das diversas culturas. Apesar de haver contestações, do papel de colocar a escola como o lugar do *cógito*, da dúvida, acreditamos que projeto como este não visou nem teve como função ao que denominamos *endereço identitário*, até porque não acreditamos em tal relação, ninguém ensina ninguém a ser o que se é, porém, a partir dos estudos das relações etnicorraciais na escola podemos estabelecer fronteiras, espaço de diálogos e afirmações de pertencimento pelo viés político. Acredito na vinculação que Hall (2015, p. 16) aponta entre a identidade ser política, ele afirma: “uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela tornou-se politizada”. A partir dessa visão teórica me questionei: como os meus estudantes se veem a partir do que é ensinado em história? Será que os conteúdos didáticos por si só têm contribuído de forma positiva para uma visão de mundo pluriétnica, estava levando os estudantes a uma percepção de mundo com alteridade?

As ações em sala e os relatos cotidianos nos apontaram um caminho sem volta: necessitamos cada vez mais de uma reeducação das relações etnicorraciais na escola. Vejo o racismo como um problema de saúde que, quando não o reconhecemos tendemos a morrer, quando não aceito a sua existência vai corroendo os espaços e, quando nos apercebemos, muito de ruim já aconteceu. No nosso caso escolar, quantas crianças e jovens tem saído ou mesmo como bem fala Freire, (1991) expulsos das escolas por “brincadeiras”, por atos preconceituosos? Os dados do IPEA nos apresentam elementos importantes que ajudam a compreender essa evasão/expulsão. A média de anos de estudo da população ocupada com 16 anos ou mais de idade, segundo sexo e cor/raça no Brasil entre 1999 e 2009 demonstra uma disparidade enorme, enquanto o homem branco tinha 7.1 anos de estudos em 1999, o negro em 2009 não chegava a 7.0, ficando com 6.8. A disparidade entre as mulheres também é gritante, as mulheres negras apresentavam 7.8 anos em 2009 em comparação aos anos de estudos de uma mulher branca em 1999 chegava 8.0.

O presente projeto justificou-se também pela efetivação da lei 10.639/03 e as resistências apresentadas aos conceitos e valores dos afro-brasileiros por parte dos docentes, coordenadores e mesmo estudantes. Mesmo escrevendo quatorze anos depois da promulgação da referida lei ainda estamos no campo da possibilidade de efetivação, ao que nos parece, uma lei como esta não deveria nem existir por sermos um país tão diverso; a letra da lei deveria ser posta no cotidiano escolar, porém, com o nosso histórico de negação da cultura negra na sociedade em geral e, sobretudo, na escola, leis como essa e a 11.645/08 na qual inclui os indígenas nesse debate, faz-se necessária e urgente a cobrança cada vez mais efetiva de sua execução. Se bem observarmos a numeração das leis “pegou”, a lei 10.639/03 representa uma vitória de milhares de africanos, afro-brasileiros que lutaram cotidianamente pela visibilidade da população negra, mesmo com a lei sendo atualizada a grande maioria dos estudiosos da temática ainda fazem referência a primeira tornando-a um marco na luta por uma educação antirracista.

A sociedade brasileira apresenta em sua história marcas profundas de segregação social em relação ao negro, este é visto ainda de forma estereotipada. Diversas são as formas de discriminação, preconceito, racismo no cotidiano escolar. Apesar de tudo isso não ser apenas pela falta de informação, denota assim o quanto a sociedade brasileira precisa trabalhar na compreensão de uma sociedade plural, multiétnica. O racismo, os preconceitos não estão relacionados na atualidade a uma questão de domínio cultural, de pessoas “letradas” ou não. Três conceitos recentes da pedagogia decolonial podem nos ajudar a compreender essa relação: colonialidade do poder, do saber e do ser. Conceitos que estudiosos como Oliveira e Candau (2010, p. 21) nos apresentam a gravidade que temos de enfrentar cotidianamente, sobretudo o último conceito, a colonialidade do ser. Apesar de estarmos politicamente livres do período colonial, ainda estamos arraigados de sua impregnação de poder para conosco. Temas e conceitos como estes são fundamentais no ensino de história, sobretudo em regiões como Ipojuca por seu histórico de escravização e subjugação da população local frente o poder estabelecido durante o período colonial assim como na atualidade.

É notório que na educação brasileira os negros não tenham seu sentimento de pertencimento cultural colocado como valores a serem trabalhados em sala de aula. Aos afrodescendentes tem-se negado suas tradições e culturas no âmbito escolar. Mattos (2004) afirma que os afrodescendentes estão sendo violentados em seus direitos há muito tempo, pois

violência não é só violação física de alguém. Assim também pode ser considerada uma violência cruel a negação desse conteúdo em sala de aula.

O Projeto Identidade Cultural Negra na Escola teve o intuito de construir o conhecimento histórico dos estudantes com os estudantes, diagnosticar o que eles sabiam e conjuntamente com o levantamento de dados e a análise de inúmeras fontes poder repensar, refletir sobre o que eles sabiam, ao que denominamos de a “derrubada do muro” da certeza do conhecimento e a reconstrução desse muro com bases mais firmes, a cada novo conceito reestruturado um novo alicerce estava posto. A seguir apontamos o caminho traçado pelo projeto para lograr os êxitos propostos, antes vejamos um pouco das características de nossa escola.

2. Diagnóstico da escola e contexto onde se situa

A escola Municipal Complexo Educacional do Ipojuca fica bem no centro do município, porém seu público é mesclado entre os que residem nas redondezas e outro, a grande maioria, que são filhos de trabalhadores dos engenhos do município, cerca de 70% dos estudantes (Ipojuca é uma cidade que ainda apresenta em seu quadro econômico a presença de engenhos de cana de açúcar apesar de na atualidade não ter mais a força que exercera outrora).

No momento do recorte das turmas que seriam contempladas no projeto não levei em consideração essa questão geográfica. A coordenação e gestão da escola nos solicitou trabalhar com os oitavos anos e não foi um empecilho devido a eles terem passado pelo currículo prescrito da colonização brasileira. Os estudantes apresentavam muitas dificuldades em aprendizagens históricas sobretudo quando falava em temporalidade, formas de narrativa, leitura e análise de documentos, disposição espacial, escravização, permanências e mudanças requerendo de nós moldar nossas estratégias envolvendo as dificuldades demonstradas. Ao mesmo tempo eles se mostraram engajados a aprender a partir do que foi apresentado a eles, devido ao formato do projeto, das atividades que foram propostas e da não obrigação de participação e avaliação por nota no projeto.

3. Desenvolvimento das atividades

O planejamento inicial requereu diversas modificações devido as múltiplas temporalidades e dinâmicas que uma escola apresenta. A seguir apresentamos algumas das atividades desenvolvidas no projeto.

Para dar conta do prosseguimento do que estava planejado fiz uma pequena diagnose com os estudantes tentando compreender o que eles sabiam sobre o continente africano e, ao perguntarmos, por exemplo, “quando falamos África digam em apenas uma palavra o que vem à mente”, as respostas foram das mais variadas do tipo: é um “país”, tem “AIDS”, “fome”, “miséria”, “pobreza”, “savana”, “girafa”. Desse modo, buscamos apontar a partir das respostas o estereótipo que esses estudantes tinham do continente africano, afim de, na sequência, desconstruir esses conceitos e formar um esboço mais realístico. O diagnóstico está descrito na primeira aula do desenvolvimento das atividades a seguir.

3.1 Qual África conhecemos?

No primeiro encontro com os estudantes, quis sondá-los numa espécie de diagnose sobre os conhecimentos deles sobre o continente africano, a partir de uma reportagem da revista Construir Notícias realizada em 2010, na qual questiona o que os docentes entendem por África. Necessitei fazer alterações e criei dezesseis perguntas para que os estudantes pudessem dizer se era verdadeiro ou falso as questões propostas. As respostas deveriam ser livres, sem consulta, só com o que eles já sabiam. Depois montei um slide onde apresentava os dados dos estudantes e que, através de imagens, buscava referendar as respostas, sendo elas verdadeiras ou falsas. A tabulação dos dados se deu em outro momento devido ao tempo necessário para a efetivação da coleta de dados.

A leitura dos dados das cinco turmas num total de 166 estudantes respondentes que compuseram o projeto nos direcionam para a necessidade de aprofundamento histórico e geográfico sobre o continente africano. Vejamos alguns dos dados: das dezesseis perguntas apresentadas elencamos apenas aqui quatro mais significativas. Quando perguntados se o continente Africano se manteve isolado dos espaços mundiais até que os europeus chegassem ao continente africano, (55%) disseram que sim. Desse modo, corroborando com a questão seguinte, ao afirmarem positivamente (67%) dizem ter o comércio entre a África e outras

regiões ter começado apenas com o tráfico de seres humanos para a escravidão no século XIV. Essas duas questões mostram em certo sentido um pensamento vívido de uma África isolada. Quando perguntados sobre a possibilidade de as primeiras civilizações mundiais terem se originado na África, (53%) negaram tal possibilidade mesmo tendo visto em seu currículo prescrito o estudo dos povos Egípcios (uma possibilidade de negação de o Egito ser um Estado africano perpetua). Uma questão geográfica que nos chamou atenção foi indagá-los sobre se no continente africano haveria condições climáticas para nevar, a resposta foi um não surpreendente de (80%) dos respondentes.

Esses dados são apenas indicativos da percepção que os estudantes do ensino fundamental dos oitavos anos, da referida escola, têm acerca do seu conhecimento histórico sobre a África, requerendo um estudo aprofundado do aprendizado histórico desse contexto. A leitura dos dados foi importante para prosseguirmos com o projeto que foi semanalmente reconstruído devido as demandas do contexto escolar (gestão) e das demandas subsequentes requerendo replanejamento constante.

3.2 Mulheres negras na história do Brasil: (in) visibilidade na sala de aula

Pelo cronograma do projeto, iniciáramos criando um mural da negritude. A ideia central aqui era apresentar negros e negras em destaque na sociedade brasileira, dar visibilidade para que nossos jovens pudessem ter um espelho social, ter em quem se inspirar e dar as múltiplas possibilidades de projeção e não ficar presos a estereótipos. Porém estávamos próximos ao Dia Internacional das Mulheres. Pensando em como integrar o projeto e o dia, busquei, junto as turmas trabalhadas criar biografias de mulheres negras que de alguma forma foram ou são invisibilizada da história oficial. Para lograr êxito, fiz contato com as colegas de língua portuguesa que de pronto me atenderam e passaram a trabalhar em seus conteúdos o gênero textual biografia. Com a coleta de textos sobre as personagens a serem trabalhadas fiz entre as turmas a distribuição de nomes de mulheres negras uma a serem biografada. A dinâmica tinha como objetivo central aproximar o histórico dessas mulheres para o cotidiano escolar. As turmas foram divididas em grupos de seis estudantes e foram instigados a ler, resumir e escrever a biografia de *Luana Tolentino*, *Carolina Maria de Jesus*, *Antonieta de Barros*, *Elisa Lucinda e Dandara de Palmares* e devolver ao professor para que o mesmo diante do material produzido

pelos estudantes pudesse aglutinar tudo em um único texto. Para tanto, antes as professoras de língua portuguesa já haviam trabalhado definições do gênero textual biografia com os estudantes. Com os textos produzidos, foram formadas duplas voluntariamente para no dia 08/03/16 fazerem a leitura das biografias produzidas por eles em todas as salas da escola.

Neste mesmo período de pesquisas para produção das biografias, encontramos por meio da internet o histórico da professora de história mineira Luana Tolentino². Por meio das redes sociais fizemos contato com a ela, que foi muito solícita nos enviando material para compor nossa biografia. Solicitamos que a professora Luana que fizesse um pequeno vídeo relatando um pouco de seu histórico para podermos debater com nossos estudantes, a mesma prontamente nos atendeu e no dia 08 de março pudemos com representantes de cada turma, sob coordenação do professor do projeto, ir de sala em sala apresentar as biografias produzidas, o vídeo de uma de nossas mulheres invisibilizadas, a Luana Tolentino, tendo toda apresentação ficado a cargo dos estudantes, sendo o professor mero organizador do momento.

3.3 Histórico do racismo e a vulnerabilidade da população negra no Brasil

Falar de racismo no Brasil é um tema polêmico, muitos associam a questão puramente ligada a movimentos sociais, como se não fosse uma temática de todos, independentemente de bandeira político, social. O mito da igualdade racial postulada por diversos teóricos, tendo como suporte maior o sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, ainda se faz presente na sociedade e, no âmbito escolar, não é diferente. Ouvimos corriqueiramente: “o Brasil é um país das misturas das raças, somos um país lindo, de misturados, aqui vivemos na alegria, na paz, o brasileiro é um povo pacífico”. Falas como estas dão o tom de como não podemos fazer a livre associação entre a escravização da população negra que foi trazida ao Brasil forçosamente com o racismo, mas ao mesmo tempo não podemos negar tal correlação. Se, no período colonial não tivemos nem “mocinhos” nem “bandidos”, ou seja, todos de uma forma direta ou indireta tiveram reponsabilidades nesse período da história onde milhões de pessoas foram massacradas em sua

² O contato feito com a professora Luana foi bem no período no qual ela ficou conhecida nacionalmente por ter rejeitado participar de um programa de televisão por não aceitar a forma como o histórico das mulheres é apresentado pelo mesmo, ao ter negado falar a Rede Globo e ter nos possibilitado sua histórico no dia Internacional da Mulher conosco deixou nosso dia mais dinâmico ao nos proporcionar um pequeno vídeo relatando um pouco da sua biografia. Os estudantes tiveram ciência do fato e nas apresentações de sala em sala foi relatado o ocorrido. Ver reportagem sobre o fato: <http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/luana-tolentino-diz-nao-a-luciano-huck-na-copa-usou-o-caldeirao-para-oferecer-brasileiras-aos-gringos-como-mercadoria.html>.

dignidade em ser gente. Devemos compreender o quanto a negação do negro enquanto sujeito histórico tem nos abalado até os dias atuais. Os números oficiais tendem a apresentar dados alarmantes. As aulas sobre o racismo no Brasil foram realizadas com pequenos curtas metragem como o “Vista a minha pele” (Joel Zito, 2003), “O preconceito cega” (Patrick Thouin, 2012), o poema “Gritaram-me negra” (Victoria Santa Cruz, o poema “Meu irmão branco” (autoria desconhecida), “Racismo é burrice” (Gabriel, o pensador, 2003); trecho do filme “Amistad” (Steven Spielberg, 1997).

Apesar de alguns teóricos questionarem a didatização³ das filmografias, acredito ser este um recurso importante no ensino de história, quando bem analisado, refletido e apresentado de forma clara as ideias possibilitam o debate sobre as temáticas apresentadas e os objetivos didáticos daquela aula, como este texto tem cunho de relato de experiência não temos espaço para aprofundamento.

Para podermos nos aproximar da realidade cotidiana da escola e circunvizinhanças, apresentei os dados governamentais e da Anistia Internacional sobre a mortalidade no Brasil. Foi apresentada uma reportagem impressa com o seguinte título “Jovens e negros mais vulneráveis” da Agência o Globo, notícia publicada no Jornal do Commercio do dia 15 de maio de 2015,⁴ onde os dados do IVJ (Índice de Vulnerabilidade da Juventude) apresentaram dados alarmantes em relação a população jovem negra. Segundo o estudo, o negro e jovem no Brasil tem duas vezes e meia mais chances de morrer. No estudo a cidade do Cabo de Santo Agostinho (cidade vizinha a Ipojuca) ficou na primeira colocação no IVJ das cidades pesquisadas. Ao apresentar a reportagem e analisar os dados os estudantes ficaram espantados e diversos relatos deles de violência seguiram apontando Ipojuca numa crescente onda de violência.

Busquei outras fontes para compreender esse processo histórico, utilizando para tanto os dados do Mapa da Violência. O estudo focaliza a evolução dos homicídios por armas de fogo no Brasil no período de 1980 a 2014. Também foi estudada a incidência de fatores como o sexo,

³ Ao didatizar a filmografia para alguns autores o filme não teria tal função como afirmam Silva e Moraes, ver o artigo Cinema-experiência ou modos de habitar a educação In: MOLINA, Ana & FERREIRA, Carlos. Entre textos e contextos: caminhos do ensino de história. Curitiba: CVR, 2016. Já outros autores acreditam nesse processo de didatização filmográfica no ensino como Marcos Napolitano atesta no livro Como usar o cinema na sala de aula. São Paulo: Contexto, 2003.

⁴ Ver reportagem completa em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/mundo/brasil/noticia/2015/05/07/jovens-negros-sao-mais-vulneraveis-a-violencia-no-brasil-mostra-relatorio-180120.php>

a raça/cor e as idades das vítimas dessa mortalidade. São apontadas as características da evolução dos homicídios por armas de fogo nas 27 Unidades da Federação, nas 27 Capitais e nos municípios com elevados níveis de mortalidade causada por armas de fogo. A fonte foi usada comparativamente para os estudantes perceberem o quanto a relação da vulnerabilidade está associada a questão da desigualdade racial no Brasil e a violência física.

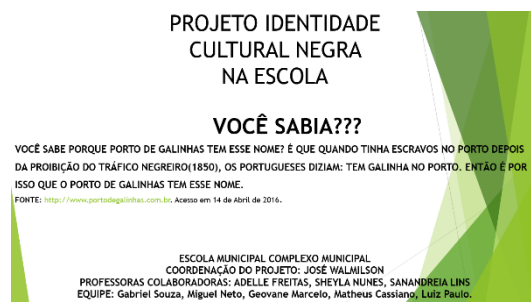
Os estudantes foram convidados a acompanhar a tabela apresentada pelo mapa da violência, estrategicamente optamos em analisar três estados do Nordeste (Bahia por apresentar numericamente o estado com maior população negra, Pernambuco para melhor situar nosso contexto e Alagoas que despontava com um dos estados mais violentos) e os três Estados do Sul (por serem majoritariamente habitados por população branca). A escolha não foi aleatória tendo em vista ter buscado um comparativo entre regiões geográficas e a distribuição populacional brasileira (anterior a este momento foi produzida uma aula sobre a distribuição geográfica da população negra escravizada no período colonial). Um comparativo para cada cem mil habitantes no período de 2003 a 2014 Pernambuco apresentou uma redução na violência tanto para com os brancos e negros, brancos (13,9% / 9,1%), negros (59,1% / 35,6%); em Alagoas tivemos o inverso, brancos (5,2% / 6,4%), negros (23,6% / 72,7%), se observarmos os dados dos Estados do Sul veremos resultados bem distintos: Santa Catarina, brancos (6,0% / 6,8%), negros (10,5% / 9,2%), Rio Grande do Sul, brancos (12,2% / 17,0%), negros (17,7% / 22,6%).

Os dados assim “frios” podem nos dizer coisas desconcertantes, os estudantes foram instigados a observar, por exemplo, os dados de Santa Catarina, apesar da queda na violência na população negra, o estado apresenta em sua totalidade apenas 7,6% de negros. Isso representa uma alta taxa de homicídios dos negros no estado. Outro dado alarmante é o estado de Alagoas, apresentando um aumento alarmante em 2014 de 1.028% de vitimização da população negra no estado. Busquei fazer esse paralelo entre os estados apresentados e os estudantes foram anotando os dados no caderno para termos uma espécie de “raio x” do racismo no Brasil e seu viés histórico. Apesar de os dados não comporem a realidade total, nos apresentam informações ricas da correlação da desigualdade racial com a violência para podermos problematizar a questão no Brasil e não deixar naturalizar.

3.4 você sabia?

A ideia desse momento foi resumir todo o material trabalhado com os variados temas e criar coletivamente textos informativos para disseminar as ideias. Para melhor efetivação da proposta por um viés interdisciplinar as colegas de Língua Portuguesa uma vez mais colaboraram ao trabalharem o gênero textual informativo, apresentando as características deste gênero e exercitando com nossos estudantes.

A metodologia utilizada foi dividir os estudantes em grupos, com material dos textos estudados e produzidos até aquele momento, que foram xerocados e entregues a cada equipe. Como tarefa tiveram que ler e interpretar as informações lá presentes a partir de uma pergunta geradora: “O que nestes textos e no que discutimos em nossas aulas vocês gostariam que todos da nossa escola soubessem? ” A partir dessa pergunta foram produzidos quarenta textos informativos e os mesmos foram fixados pelos estudantes nos quadros de aviso de nossa escola (em cada sala de aula está disposto um quadro deste). Foi um momento importante de socialização das aprendizagens até aquele momento.



Atividade produção textual informativo “você sabia”? Trabalho colaborativo.

3.5 A oficina de amarrações africanas e a autoimagem positiva da estudante e sua *negrura*

Compreendendo o turbante como elemento cultural dos mais diversos povos, e não somente dos africanos, procuramos criar um momento formativo no qual nossas estudantes pudessem vivenciar formas de cultura africana em seu próprio corpo, levando em consideração o fato do cabelo da mulher negra ser estigmatizado socialmente resolvi utilizá-lo como um símbolo de resistência. Antes da oficina acontecer apresentei o conteúdo nessa perspectiva e, buscando parcerias para efetivação do momento, encontrei um programa da Secretaria da Mulher do município do Ipojuca denominado “amarrações africanas”. Dentro dos trâmites legais obrigatórios fizemos parceria com a referida Secretaria e a oficina foi realizada no intuito

de, além da formação que aconteceria no mesmo momento, realizar um registro fotográfico para montarmos um material a ser exposto para nossa feira de conhecimentos (momento de culminância do projeto). Para tal, solicitamos mais uma vez mais ao nosso campo de parcerias e convidamos a historiadora e jornalista fotográfica Isabela Alves, que prontamente nos atendeu ao pedido e foi fazer o registro do momento.

Ao todo foram registradas trinta adolescentes, porém apenas quinze delas os pais ou responsáveis assinaram a autorização para uso da imagem. Esse foi o “gancho” jornalístico usado pelo colega Tércio Amaral que também foi registrar o momento da oficina/sessão fotográfica, entrevista divulgada no site do Diário de Pernambuco⁵. Nas entrevistas, todas as meninas se mostraram empolgadas com os possíveis resultados e nas suas falas denotavam o quanto os turbantes como elemento cultural lhes tinham feito bem, não havendo para elas nenhum constrangimento ou perturbação, tendo em vista que a maioria delas serem religiosas protestantes. Interessante observar que todas as participantes foram livremente sem nenhuma obrigatoriedade, inclusive de pressão pedagógica por avaliações posteriores. Fotografias prontas, na hora de recebermos as autorizações para poder fazer a exposição e divulgação a baixa nas entregas mostrou o quanto as temáticas afro-brasileira precisam ser trabalhadas.

Quando perguntadas sobre o motivo da não autorização, todas foram unânimes em afirmar que os pais não deixariam porque “aquilo era coisa de macumba”. Essa relação estereotipada, uma violência simbólica, para com os adeptos das religiões de matriz africana ficou evidente nesse caso. Ao mesmo tempo, pude perceber que o projeto teve um alcance muito bom, chegando aos lares, mesmo que de forma incipiente o debate nessas famílias aconteceu e as jovens na escola não demonstraram nenhuma relação negativa entre o turbante e a religiosidade afro-brasileira. Assim como foi o objetivo da atividade proposta ampliar o conceito de negrura nas palavras de Gomes (2005) tanto que não foram separadas as meninas das não negras, pelo contrário, todas as meninas que se inscreveram participaram da oficina/sessão sem distinção. A produção das fotografias foi um elemento fundamental para a feira de conhecimento que findou nosso projeto. Abaixo apresento algumas das fotografias realizadas pela fotógrafa Izabela Alves.

⁵ A reportagem pode ser lida em: <http://curiosamente.diariodepernambuco.com.br/project/por-autoestima-de-alunas-professor-de-ipojuca-promove-exposicao/> Acesso em 01 de Agosto de 2017.



A. G. S 14 anos



K. P. A. 13 anos



I. P.S 14 anos



Ana Lúcia (Anaxé)



Estudantes em uma das dinâmicas da oficina

3.6 Feira de Conhecimentos: Negra(o) sim, negra(o) sou!⁶

O título da feira já foi uma tentativa de projetar o papel feminino na questão racial. Pelos dados apresentados, ser negro no Brasil não é fácil e, quando mulher, as dificuldades são bem maiores. As cinco turmas foram levadas a realizar mais pesquisas e produzir materiais diversos além do que havia sido feito ao longo do ano. Como destaque tivemos o negro na propaganda no município do Ipojuca; o continente africano em perspectivas positivas; poetas negros; vulnerabilidade social do negro no Brasil, entre outros.

⁶ O título da feira de conhecimento surgiu em meio ao desenvolvimento das ações pedagógicas, entre elas foi apresentado o poema “me gritaram negra” de Victória Santa Cruz. Apesar de não ser brasileira, ela é peruana, o poema se aproxima e muito da realidade histórica e social de nossas estudantes negras e negros. Livremente inspirado neste poema foi criado o título da feira de conhecimento e construído o momento a ser efetivado no Dia Nacional da Consciência Negra.

A feira em si não teve a intenção de romantizar a temática, pelo contrário, buscamos em conjunto com os discentes e outros docentes parceiros na efetivação da referida feira, um conjunto do trabalho que possibilitasse aos visitantes, no nosso caso, os estudantes de nossa própria escola, refletir sobre as temáticas apresentadas. Para lograr êxito, abrimos o momento com um mural produzido pelos estudantes com as negras e negros (in) visibilizados da nossa história, tais como: Solano Trindade, Carolina Maria de Jesus, Antonieta de Barros, entre tantos outros. Na abertura foi realizada uma palestra com Ana Lúcia da Silva Gomes educadora social, popular e militante dos Direitos Humanos tendo como temática “O negro na sociedade brasileira contemporânea”. Findado esse momento, o público foi convidado a visitar a exposição e prestigiar as produções dos grupos de trabalho nas salas de aula.

4. Considerações finais

O projeto relatado nesse pequeno texto foi uma forma de fugir do jargão da cultura escolar do trabalho por meio das efemérides. Através de um projeto didático no ensino de história pode-se trabalhar de forma mais efetiva, não folclorizando as temáticas, fazendo com que nossos estudantes sejam produtores do conhecimento histórico à medida em que são estimulados a pesquisar, a usar fontes diversas, a fazer comparações, a eles mesmos indagarem as fontes e poderem perceber os vestígios históricos das permanências e mudanças em sua própria localidade.

Trabalhar com uma temática ainda tão sensível ao campo da educação escolar nos fez perceber o quanto ainda precisamos fazer mais e mais trabalhos nesse sentido. Apesar de que algumas ações pedagógicas venham acontecendo de forma mais efetiva em todo o território nacional nos parece que ainda precisa ser um tema naturalizado, ou seja, tem que ser um assunto corriqueiro, problematizado no cotidiano escolar. É de extrema relevância à escola poder tratar dessas temáticas, no tocante as questões identitárias. O projeto aqui apresentado teve como objetivo maior a luta pela efetivação da lei 10.639/03 e o foco na pertença identitária da nossa juventude negra, sempre pelo viés político e alteridade como norte a seguir, até porque, para identificar-se temos que olhar o outro, no outro que nos firmamos e assim com identidades positivas como apresentadas ao longo do projeto.

Acredito que alguns objetivos didáticos propostos foram alcançados, sobretudo na autoestima e na produção e disseminação do conhecimento histórico. Nosso projeto quando

findado foi convidado a circular pelas escolas do município apresentando seus dados com representantes das equipes de cada turma, mais um momento formativo e de empoderamento importante para todos nós assim como sua divulgação em diversas mídias digitais⁷.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº. 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

BRASIL. **Lei nº. 11.645 de 10 de março de 2008**. Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo oficial da rede de ensino. Brasília: Diário Oficial da União, 2008.

CANDAU, Vera Maria; OLIVEIRA, Luiz Fernando de. Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista e Intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.26, n.01, p.15-40, abr. 2010.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo demográfico /2010**. Gov.br, 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br> Acesso em 20 de Junho de 2016.

CAVALLEIRO, Eliane Dos Santos. **Discriminação racial e pluralismo em escolas públicas da cidade de São Paulo**. In: Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº10.639/03/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - Brasília: MEC, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: breve discussão**. In: Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal

⁷ O Projeto Identidade Cultural Negra na Escola obteve excelentes repercussões tanto locais quanto nacionais. A exposição fotográfica foi disponibilizada pelo sítio do Diário de Pernambuco, ver em: <http://curiosamente.diariodepernambuco.com.br/project/por-autoestima-de-alunas-professor-de-ipojuca-promove-exposicao/>. Também obtivemos o Voto de Aplauso da Assembleia Legislativa de Pernambuco. A Rádio MEC entrevistou algumas de nossas estudantes e o professor coordenador do projeto, acessar o programa em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=45021>.



n°10.639/03/ Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - Brasília: MEC, 2005.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Cortez, 1991.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 12a ed. Rio de Janeiro: Lamparina; 2015. MATTOS, Hebe. **O pós-abolição como problema histórico**: balanços e perspectivas. Topoi (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 5, p. 170-198, 2004.

LUZ, Marco Aurélio. **Educação e pluricultura nacional**. In: Identidade Negra e Educação. Salvador: Ianamá, 1989.

MORAES, Maria Thereza Didier de & SILVA, Thiago dos Santos Antunes da. Cinema-Experiência ou modos de habitar a educação. In: MOLINA, Ana & FERREIRA, Carlos. **Entre textos e contextos: caminhos do ensino de história**. Curitiba: CVR, 2016.